

O trabalho de Deus receberá o seu salário

Thomas Schirrmacher

Na Bíblia, o trabalho tem dignidade e valor como tal, a despeito de ser ou não um trabalho pago. Mas a lei freqüentemente citada na palavra, 1 Tim 5:20 e Lc 10:7, [que diz:] “O trabalhador é digno de seu salário”, segue naturalmente deste fato: *o trabalho não é de valor porque é pago; ele é pago porque é de valor.*

O princípio de que um trabalhador é merecedor de seu salário é tomado muito seriamente na Bíblia, como pode ser visto em Jeremias 22:13: “Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça e os seus aposentos, sem direito! Que se vale do serviço do seu próximo, sem paga, e não lhe dá o salário.” Todo trabalho, portanto, é digno de sua recompensa, porém esta recompensa não precisa ser dinheiro. Veja por exemplo o louvor à boa esposa em Provérbios 31. Trabalho pago e não pago estão lado a lado. O trabalho desta dona de casa é cheio de valor.

O mandamento de Deus para trabalhar seis dias, como o encontramos no Decálogo, é um mandamento geral para homens e mulheres. O homem é ordenado a trabalhar, exceto aos domingos, e, portanto, ele não deve ser preguiçoso. O trabalho não é o resultado de uma lei necessária ou natural. Não é algo que o homem faz simplesmente para não passar fome. Portanto “uma das mais severas repreensões dos profetas é contra os ricos preguiçosos (e.g. Amós 6:3-6).”¹ Você pode até ser rico, só não pode é ser preguiçoso. É a vontade de Deus que nós devemos trabalhar e ele nos deu a criação para este propósito.

O que um trabalhador desempregado pode fazer? Trabalhar, é óbvio! Embora nós não queiramos minimizar o problema do desemprego, há muito trabalho não pago que pode ser feito pelo desempregado. O desempregado pode ajudar as famílias e os necessitados da igreja. Letargia e culpar outros por seu infortúnio não é a solução para o desemprego.

O que o Marxismo tem a dizer sobre salários justos? Nada! Para Marx, debaixo do capitalismo todos os salários são injustos, porém não há quem possa mudar isto. A diferença entre uma reforma social cristã e uma revolução marxista fica especialmente clara pelo que Marx afirma em “*A Critique of the Declaration of Gotha*,” escrito quando ele era um velho, comentando sobre a plataforma política do Partido Social Democrata da Alemanha. A demanda desse partido socialista de “que o produto inteiro do trabalho é de posse de todos conforme a sua necessidade, enquanto todos têm o dever de trabalhar”² – em si mesma cheia de contradições – é totalmente condenada por Marx, porque ainda é baseada sob alguns conceitos de lei e justiça. Marx escreve: “Ao direito de desigualdade interessa seu conteúdo, como a todos os outros.”³ Ele prossegue: “A igualdade aqui ainda é, em princípio, uma igualdade burguesa...”⁴ Isto não pode ser aceito porque ela ainda “silenciosamente aceita uma diferença de dons individuais e, portanto, de diferentes eficiências de trabalhadores como privilégios naturais.”⁵

¹ Richardson, *op. cit.*, p. 16.

² Ursula Schulz, ed., *Die Deutsche Arbeiterbewegung 1848-1919 in Augenzeugenberichten* (München: DTV, 1981, Terceira Edição), p. 200

³ Karl Marx, Friedrich Engels, *Werke* (Berlin: Dietz Verlag, 1956) Vol. 19, p. 20.

⁴ *Idem.*

⁵ *Ibid.*, p. 21.

Marx estudou direito na universidade de Bönn e sabia do que estava falando. Ele não modificou qualquer definição legal, mas esperou que suas predições se tornassem verdade. Ele profetizou que a sociedade comunista não renderia resultados imediatos: “Porém, essas queixas são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista: ela emerge da sociedade capitalista após longas dores de parto.”⁶ (Na Alemanha Marx está aqui usando a profecia perfeita, como os profetas do Antigo Testamento o faziam freqüentemente.) Engels declara isso mais diretamente: “Nós abandonamos qualquer tentativa de esclarecer ao jurista teimoso, que Marx nunca exigiu o ‘direito de rendimento total do trabalho’ e que ele nunca articula qualquer demanda legal de nenhum tipo em qualquer de seus escritos teóricos.”⁷ Ele prossegue:

Marx percebeu a inevitabilidade histórica, que é o direito do antigo senhor feudal da Idade Média etc., como uma alavanca do desenvolvimento humano para um certo período histórico. Ele reconheceu o direito de exploração durante certos períodos históricos...⁸

Quem quer que pense que Marx defendeu os direitos dos trabalhadores não leu Marx ou Engels. De acordo com ambos o trabalhador deve se submeter ao processo histórico e ainda aguardar que a guerra entre as classes avance até a próxima fase da história. A justiça não pode ser requerida. O marxismo acusa o Cristianismo de consolar o povo com uma esperança celestial porque ele não entende que essa esperança é o fundamento para reforma social e a justiça no mundo. O próprio Marx oferece sua visão profética do futuro para que sirva de consolo. Mas este paraíso só virá depois que a geração de marxistas de hoje tiver morrido. Nenhum marxista receberá qualquer recompensa por sua esperança, nem nessa vida nem na próxima.

Por exemplo, Marx se opôs às leis britânicas e alemãs que pretendiam extinguir o trabalho infantil. Ele disse que leis desse tipo era “reacionárias,”⁹ porque elas eram incompatíveis com o capitalismo e a ampla industrialização – a história provou o erro dele – e porque elas diminuía o desenvolvimento da última fase do capitalismo. Marx não queria ajudar os fracos. Ele queria ver sua profecia acontecer. Marx nunca fez um comentário sobre a exploração de crianças tendo por preocupação as crianças em si. Sua única preocupação era que a melhoria das condições de trabalho das crianças iria debilitar o ímpeto da revolução.¹⁰

O ódio ilimitado de Marx e Engels pelos direitos dos trabalhadores e seus esforços por assegurar somente relações empregado/empregador pode ser demonstrado por muitas citações de seus escritos.¹¹ Marx escreveu acerca do Parlamento Alemão: “Já que vocês usam o parlamento somente como um meio de agitação, vocês nunca podem usá-lo para agitar por algo razoável ou de interesse direto dos trabalhadores.”¹²

O marxismo enfrenta o mesmo problema que o capitalismo ateuista enfrenta. Ambos clamam pela prática do trabalho justo, mas não têm uma lei governando essa justiça.

⁶ *Idem.*

⁷ *Ibid.*, Vol. 21, p. 501.

⁸ *Idem.*

⁹ *Ibid.*, p. 32.

¹⁰ Minha preocupação nesse ensaio é mostrar a posição tomada por Marx, não discutir o trabalho infantil ou o direito do Estado de regulá-lo.

¹¹ Low, *op. cit.*, p. 221f.

¹² Marx, Engels, *op. cit.*, Vol. 32, p. 360.

Enquanto Marx não aceita o uso do sistema legal como um meio de alcançar justiça, seus amigos capitalistas tentam inculcar suas idéias sobre justiça na lei. Mas a religião de mamom pode realizar justiça somente em termos de dinheiro. Assim, justiça sempre significa mais dinheiro por menos trabalho. Eles esquecem que a justiça só pode prevalecer quando regular cada área da vida, não somente as relativas ao dinheiro.

Extraído de: *Trinity and Work: A Critique of the View of Daily Work in Other Religions and in Marxism*; de Thomas Schirrmacher. Copyright 2004 Kuyper Foundation.

Tradução de: Márcio Santana Sobrinho